

GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES E DE LIMPEZA URBANA

REGULAMENTO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA - PELOURO DO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

ÍNDICE

PREÂMBULO	02
Capítulo I	03
Artigo 1.º Lei habilitante	03
Artigo 2.º Objecto	03
Artigo 3.º Âmbito de aplicação	03
Artigo 4.º Competências	03
Artigo 5.º Definições	04
Capítulo II	05
Artigo 6.º Disposições gerais	05
Artigo 7.º Proibições	06
Artigo 8.º Proibições relativas ao Património Natural	08
Artigo 9.º Proibições relativas ao estacionamento e abandono de veículos	08
Artigo 10.º Proibições relativas a dejectos de animais	09
Artigo 11.º Situações que ponham em causa o interesse público municipal	09
1. Em geral	
2. Nos espaços rurais	
3. Unidades Comerciais de Dimensão Relevante – Espaços de Utilização Colectiva	
4. Elementos arbóreos de interesse público	
Artigo 12.º Operações de Loteamento	12
1. Espaços verdes	
2. Equipamento de deposição	
Capítulo III	12
Artigo 13.º Fiscalização	12
Capítulo IV	13
Artigo 14.º Contra-ordenações	13
Artigo 15.º Contra-ordenação pela conspurcação dos espaços públicos, pela danificação e má utilização dos equipamentos e Património Natural existentes nestes espaços e similares	13
Artigo 16.º Contra-ordenação pela danificação ou má utilização do Património Natural	14
Artigo 17.º Contra-ordenação pelo estacionamento e abandono de veículos	14
Artigo 18.º Contra-ordenação por dejectos caninos	14
Artigo 19.º Contra-ordenação por violação ao interesse público municipal	14
Artigo 20.º Pessoas colectivas	15
Artigo 21.º Negligência e tentativa	16
Artigo 22.º Processo de contra-ordenação	16
Artigo 23.º Competência para a aplicação das coimas e sanções acessórias	16
Capítulo V	16
Artigo 24.º Norma Granada	16
Capítulo VI	17
Disposições finais	17
Artigo 25.º Competência material	17
Artigo 26.º Normas revogatórias	17
Artigo 27.º Entrada em vigor	17

PREÂMBULO

O desenvolvimento dos agregados populacionais tem vindo a tornar os espaços urbanos cada vez mais densos, agressivos, sujos e desumanizados.

Urge, portanto, desenvolver mecanismos de oposição a esta tendência, que promovam a criação e manutenção de um sistema eficaz de limpeza urbana, bem como a sustentabilidade e integração dos espaços naturais.

A limpeza dos espaços urbanos se, por um lado, é condicionada pela utilização conferida pelos munícipes, por outro, condiciona essa mesma utilização. É, portanto, imperativo alcançar um equilíbrio saudável, investindo na disponibilização de um serviço de qualidade e equipamentos diversificados, bem como na realização de campanhas de sensibilização. Estas ferramentas devidamente articuladas serão promotoras de uma consciência de cidadania responsável, de uma utilização pró-activa dos espaços urbanos e da própria melhoria do nível de qualidade de vida dos munícipes.

No que se refere aos espaços verdes, a integração no tecido urbano dos elementos vegetal e animal, por ter um efeito compensador, relaxante e indutor de um convívio social, para adultos e de um crescimento psíquico e físico saudável, das crianças e jovens, assume uma importância cada vez mais relevante.

Está provado que o contacto com a natureza tem um efeito preventivo da agressividade e individualismo da sociedade, geradores dos grandes males da juventude, impelindo-a para a marginalidade, criminalidade e morte.

Por outro lado, é do conhecimento de todos, a influência das áreas verdes no equilíbrio ambiental, ao nível das diversas vertentes, água, solo, clima, ar, biodiversidade, etc., repercutindo-se na qualidade de vida de todos nós e condicionando a nossa própria sobrevivência.

Atento a esta realidade, o Município da Trofa, está empenhado em melhorar a limpeza urbana, valorizar os espaços verdes existentes, criar novas áreas e fomentar o uso de boas práticas de defesa e preservação do ambiente em geral, e do património natural em particular.

No entanto, o alcance destes objectivos implica a consagração de um conjunto de regras e normas que garantam a preservação e fruição dos espaços, espécies, equipamentos e serviços, através de uma filosofia de responsabilização e respeito de, e por, todos os munícipes e utentes da natureza, espaços verdes e tecido urbano.

Neste âmbito, e atendendo à vasta e dispersa legislação que regulamenta estas áreas: limpeza urbana e natureza, ao abrigo do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, elaborou-se o Regulamento Municipal de Gestão de Espaços Verdes e de Limpeza Urbana da Câmara Municipal da Trofa.

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

LEI HABILITANTE

Este regulamento tem por Lei habilitante a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87 de 07 de Abril, a Lei n.º 2110/61 de 19 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro, o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, o Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 177/01 de 4 de Junho, a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de Junho e a Constituição da República Portuguesa.

Artigo 2.º

OBJECTO

O presente regulamento tem como objectivo estabelecer normas disciplinadoras de conservação e utilização dos espaços públicos e do Património Natural, tendo em conta as atribuições que incumbem às autarquias no âmbito da defesa e protecção do ambiente e da qualidade de vida dos agregados populacionais do concelho.

Artigo 3.º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os espaços públicos, existentes, no Município da Trofa, e futuros, bem como aos elementos naturais e equipamentos que deles fazem parte.

2. Excepcionalmente, poderá a Câmara Municipal intervir em espaços e elementos similares, aos acima referidos, que se situem em propriedade privada, sempre que por motivos de limpeza, higiene, salubridade, equilíbrio ecológico ou de risco de incêndio ponham em perigo o interesse público municipal, e tal intervenção se apresente essencial para a resolução do problema, nomeadamente nas unidades comerciais de dimensão relevante (U.C.D.R.) – espaços de utilização colectiva.

Artigo 4.º

COMPETÊNCIAS

1. Compete aos serviços municipais proceder às operações de limpeza urbana, nas áreas geográficas, sob responsabilidade da Câmara Municipal, definidas por despacho do Sr. Presidente, sob proposta do Sr. Vereador do Pelouro, mediante informação dos serviços competentes. As áreas não abrangidas continuarão a ser da responsabilidade das respectivas Juntas de Freguesia.

1.1. Nas áreas sob sua responsabilidade, as Juntas de Freguesia, deverão adoptar a mesma tipologia de paleleiras e de recipientes para dejectos caninos, aprovados pela Câmara Municipal, ou submeter a sua escolha à análise dos serviços municipais.

2. Compete aos serviços municipais efectuar o ajardinamento de todos os locais, públicos, definidos por despacho do Sr. Presidente da Câmara, sob proposta do Sr. Vereador do Pelouro, mediante informação dos serviços competentes. As áreas não abrangidas continuarão a ser da responsabilidade das respectivas Juntas de Freguesia.

2.1. Não obstante a manutenção ser da responsabilidade das respectivas Juntas de Freguesia, todas as intervenções a nível de ajardinamento estão sujeitas a parecer dos serviços competentes, nomeadamente as operações a realizar no património arbóreo municipal.

3. Sempre que as circunstâncias o justifiquem, poderá a Câmara Municipal fazer-se substituir, no exercício das competências referidas nos pontos anteriores, mediante contrato de concessão ou outro, por entidade(s) que para o efeito se encontre(m) habilitada(s).

Artigo 5.º

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

- **Limpeza urbana** – Varredura, manual ou mecânica, e lavagem dos passeios e vias e a, necessária, limpeza das paleleiras e dos recipientes para dejectos de animais.
- **Equipamento urbano** – Inclui todo o equipamento, mobiliário ou não, existente nos espaços públicos, nomeadamente bancos, equipamentos para deposição de resíduos, sinalética, etc.
- **Espacos públicos** – São todos os espaços onde qualquer cidadão, munícipe ou não, tem acesso e pode usufruir dos equipamentos urbanos e serviços disponibilizados, nomeadamente bancos, paleleiras etc.
- **Espacos verdes** – Espacos públicos cuja essência básica é o Património Natural (herbáceas, arbustos, árvores e animais).
- **Espacos rurais** – Terrenos com aptidão para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, bem como os que integram os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que sejam ocupados por infra-estruturas que não lhes confirmam estatuto de solo urbano.
- **Resíduos** – Quaisquer substancias ou objectos que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, nomeadamente os referidos na Lista Europeia de Resíduos, da Decisão da Comissão n.º 2000/532/CE, de 3 de Maio de 2000.
- **Detentor** – Qualquer pessoa, singular ou colectiva, incluindo o produtor, que tenha resíduos na sua posse.
- **Equipamento de deposição de resíduos** – Paleleiras, ecopontos, contentores especiais para dejectos de animais, compostores, contentores de recolha colectiva, etc.
- **Paleleiras** – Recipientes para deposição de desperdícios produzidos na via pública, tais como papéis informativos e de publicidade, lenços, guardanapos, etc.
- **Ecoponto** – Bateria de contentores ou contentores individualizados destinados à recolha selectiva de papel / cartão, vidro, embalagens e pilhas.
- **Monstros** – Objectos que pelo seu volume, forma ou dimensões não podem ser recolhidos pelos meios normais de remoção.
- **Dejectos de animais** – Excrementos, provenientes da dejectação de animais.
- **Desbastes** – Cortes culturais de intervenção selectiva de indivíduos (vegetais) a deixar e a remover.

- **Árvore** – É formada por um caule simples, geralmente desprovido de ramos até uma certa altura e de uma copa composta pelo conjunto de ramos. Pode ultrapassar os 7/8 metros de altura.
- **Arbusto** – É ramificado desde a base ou a pouca distância do solo, em geral não ultrapassa os 4/5 metros.
- **Copa** – Conjunto de ramagem de uma árvore.
- **Caldeira** – Pequeno canteiro, em geral nos passeios e baías de estacionamento de diferentes secções destinadas à plantação de árvores.
- **Poda** – Termo genérico usado para designar um grande conjunto de cortes diferentes efectuados nas espécies vegetais.
- **Supressão** – Corte parcial de árvores ou de parte da copa, consoante se trate de maciços ou de limpeza de exemplares isolados.
- **Remoção** – Retirada do exemplar em causa.
- **Manutenção** – Conjunto de operações destinadas a assegurar a conservação do equipamento, do espaço ou da espécie, incluindo a necessária limpeza.
- **Bolbo** – Órgão vegetal subterrâneo, composto por um caule muito curto, onde se inserem as folhas mais ou menos carnudas, chamadas escamas.
- **Logradouro** – Espaço contínuo a um edifício, estabelecimento comercial ou habitação, que permita o acesso ao uso público.
- **Proprietários e outros produtores florestais** – Proprietários, usufrutuários, superficiários, arrendatários ou quem, a qualquer título for possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram o território do continente independentemente da sua natureza jurídica.
- **Queima** – O uso do fogo para eliminar sobantes de exploração cortados e amontoados.
- **Queimada** – O uso do fogo para a renovação de pastagens.
- **Sobantes de exploração** – Material lenhoso e outro material resultante de actividades agro-florestais.
- **Período crítico** – Período de 1 de Julho a 30 de Setembro, durante o qual vigoram medidas espaciais de prevenção contra incêndios florestais, por força das circunstâncias meteorológicas excepcionais. Este período pode ser alterado por portaria do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

CAPÍTULO II

Artigo 6.º

DISPOSIÇÕES GERAIS

A utilização e conservação dos espaços urbanos, do Património Natural, e demais espaços, abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente regulamento deverá efectuar-se em concordância com as normas previstas neste documento, o que, associado à penalização das acções ou comportamentos que contribuam para a degradação e danificação destes elementos e espaços, garantirá a manutenção e desenvolvimento das espécies, vegetais e animais, de forma, biologicamente, equilibrada e a defesa e promoção da qualidade de vida dos munícipes.

Artigo 7.º

PROIBIÇÕES

1. Nos espaços públicos, em geral, são proibidas todas as práticas de conspurcação, nomeadamente:
 - a) Deteriorar, destruir e queimar qualquer equipamento de deposição, de resíduos;
 - b) Remover, remexer ou escolher resíduos contidos nos equipamentos de deposição, bem como efectuar o seu uso indevido, afixando-lhe propaganda ou pintando-os;
 - c) Abandonar monstros, que dificultem, de algum modo, as operações de limpeza pública;
 - d) Depositar nas papeleiras e contentores para dejectos de animais, resíduos tóxicos ou perigosos e outros que não se enquadram na sua função, nomeadamente pedras, terras, entulhos, sacos de plástico etc.;
 - e) Despejar clandestinamente todo e qualquer tipo de resíduos;
 - f) Colocar ou abandonar quaisquer objectos, papéis ou detritos, fora dos locais a isso destinados pela Câmara Municipal ou desrespeitar os termos, por esta fixada, para o efeito;
 - g) Despejar ou abandonar resíduos, bem como águas sujas, águas residuais, chorume, entulhos, tintas, óleos ou quaisquer resíduos perigosos ou tóxicos;
 - h) Não proceder à limpeza de todos os resíduos provenientes de obras e que afectem o asseio das vias e outros espaços públicos;
 - i) Lançar ou abandonar animais estropiados, doentes ou mortos ou alimentar animais, salvo situações devidamente autorizadas pela Câmara Municipal;
 - j) Limpar ou vazar barris, bem como vasilhas ou outros recipientes, lançando as águas poluídas para a via e espaços públicos;
 - k) Preparar alimentos ou cozinhá-los, ainda que seja junto às ombreiras de portas e janelas, salvo nas datas festivas dos Santos Populares;
 - l) Efectuar piqueniques em espaços não, devidamente, assinalados para o efeito;
 - m) Depositar ou partir lenha;
 - n) Acender fogueiras, salvo nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros quando devidamente infra-estruturados e identificados como tal;
 - o) Lavar, reparar, lubrificar ou pintar veículos;
 - p) Fazer estrumeiras ou lixeiras;
 - q) Transportar à vista objectos repugnantes ou que exalem mau cheiro;
 - r) Deixar espalhados quaisquer resíduos provenientes de cargas e descargas de materiais, de estrumes ou resíduos domésticos;
 - s) Serrar ou trabalhar em obras de madeira, metais ou outros materiais, ou simplesmente constituir depósito (mesmo que temporário);
 - t) Lançar resíduos, detritos, águas residuais não tratadas e chorume nas sarjetas e valetas;
 - u) Secar ou corar, no chão e fachadas principais, roupas, panos, tapetes, peles de animais ou quaisquer objectos;
 - v) Sacudir para a via pública, tapetes, toalhas e roupas;
 - w) Regar vasos e plantas em varandas ou sacadas de maneira a caírem na via pública as águas sobrantas, entre as 8 e as 21h;
2. Nos espaços verdes além das proibições referidas nas alíneas anteriores, é ainda interdito:
 - a) Entrar e circular com qualquer tipo de veículo;
 - b) Passear com animais de estimação sem que os mesmos estejam devidamente presos por trelas e equipados de açaime, nos casos previstos na lei;

- c) Apascentar ovinos, caprinos, bovinos, equinos e outros animais;
- d) Danificar relva e demais plantas existentes em canteiros e bordaduras, ou simplesmente transitar por esses espaços, fora dos locais ou passadeiras próprias;
- e) Permitir que os cães cuja propriedade lhes pertença, transitem, dejectem ou urinem em qualquer daquelas zonas;
- f) Colher, retirar ou mutilar flores, bolbos, sementes ou semelhantes;
- g) Lançar resíduos e águas residuais ou qualquer líquido de outra natureza poluidora que possa causar prejuízo ou morte de qualquer tipo de vegetação;
- h) Retirar água ou banhar-se nos lagos, depósitos e outros pontos de reserva de água, nomeadamente barragens e represas bem como circular com qualquer tipo de veículo. Exceptuam-se todas as situações necessárias ao combate de fogos florestais as práticas desportivas nos locais devidamente autorizados para esses fins;
- i) Retirar, destruir ou danificar a fauna e flora existentes nos lagos e outros pontos de água, nomeadamente barragens e represas, bem como lançar para dentro destes quaisquer objectos, líquidos ou detritos de qualquer natureza;
- j) Matar, ferir, furtar ou apanhar quaisquer animais que tenham, nestas zonas verdes, o seu habitat natural, ou que se encontrem habitualmente, nestes locais, nomeadamente, patos, cisnes e outros que ali foram colocados;
- k) Utilizar bebedouros para fins diferentes daqueles para que, expressamente, se destinam;
- l) Destruir, danificar ou fazer uso indevido dos sistemas de rega por aspersão, nomeadamente aspersores, torneiras e demais equipamentos;
- m) Abrir caixas dos sistemas implantados, nomeadamente das válvulas do sistema de rega, dos sistemas accionados manual ou automaticamente, nos contadores de água, electricidade, etc. ou equipamentos da rede telefónica, gás, saneamento e águas pluviais;
- n) Retirar, alterar ou mudar placas ou tabuletas com indicações para o público ou com informações úteis, nomeadamente a designação científica das espécies e orientação ou referências para conhecimento dos frequentadores;
- o) Prender nas grades ou vedações quaisquer animais, objectos ou veículos;
- p) Destruir, pintar ou danificar estruturas, equipamentos, ou mobiliário, nomeadamente instalações, construções, bancas, vedações, grades, bancos, papeleiras, floreiras, e outros;
- q) Destruir ou danificar monumentos, estátuas, fontes, esculturas, escadarias, que se encontrem localizadas nestes espaços;
- r) Destruir, danificar ou fazer uso de forma menos cuidadosa ou incorrecta, inclusive por adultos a quem são vedados, dos brinquedos, aparelhos ou equipamentos destinados às crianças, bem como de qualquer tipo de equipamento desportivo ali construído ou instalado;
- s) Praticar jogos, actividades desportivas ou de outra natureza, fora dos locais destinados a esse fim ou em desrespeito das condições estabelecidas para aqueles locais, ou ainda que pela natureza possam causar prejuízos ao património municipal;
- t) Confeccionar ou tomar refeições, salvo nos locais para esse efeito identificados;
- u) Urinar ou defecar fora dos locais expressamente designados a esse fim;
- v) Acampar ou instalar acampamento em qualquer daquelas zonas.

3. Exceptuam-se do disposto na alínea a) do número anterior o trânsito de veículos para crianças até 10 anos e deficientes, cuja deslocação se efectue através de veículos apropriados mas em velocidade nunca superior a 10 Km/h.

4. De igual modo, a referida proibição não é aplicável quando no local existirem zonas devidamente sinalizadas e destinadas ao trânsito.

5. Exceptuam-se ao disposto na alínea t), as refeições ligeiras, nomeadamente sandes e similares.

6. Independentemente da instauração do processo contra – ordenacional respectivo, a violação do disposto nos pontos anteriores implica que o seu autor tenha que repor a situação no estado inicial, de acordo com o parecer técnico e prazo estabelecido.

7. Esgotado o prazo concedido, sem que este o tenha feito, poderá a Câmara Municipal, directamente ou recorrendo a terceiros, proceder coercivamente, nos termos da lei, à efectivação do determinado.

8. As quantias relativas às despesas a que se refere o número anterior, quando não pagas voluntariamente no prazo de 20 dias, a contar da notificação para o efeito, são cobradas judicialmente.

9. As despesas relativas aos custos administrativos do processo, são imputadas ao arguido, de acordo com os regulamentos municipais.

Artigo 8.º

PROIBIÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÓNIO NATURAL

Nas árvores e outras plantas que se encontram plantadas ou semeadas nos espaços verdes ou a guarnecer e embelezar os arruamentos ou outros lugares públicos, bem como aos seus resguardos ou suportes, não é permitido:

- a) Abater ou podar sem prévia autorização;
- b) Destruir, danificar, cortar ou golpear os seus troncos ou raízes;
- c) Retirar ou danificar as protecções existentes;
- d) Despejar nos canteiros ou nas caldeiras das árvores quaisquer produtos, nomeadamente óleos, gasolina, detergentes ou outros produtos tóxicos para as plantas ou causadores de sujidade;
- e) Riscar ou inscrever nelas gravações;
- f) Encostar ou apoiar veículos, nomeadamente carroças, carros de mão ou de tracção animal, motociclos e ciclomotores;
- g) Prender animais ou aí segurar quaisquer objectos, sem prévia autorização que condicione a maneira de o fazer;
- h) Varejar ou puxar os seus ramos, sacudir ou cortar as suas folhas, frutos ou floração;
- i) Lançar-lhe pedras, paus ou outros objectos, bem como subir ou pendurar-se nos seus ramos;
- j) Retirar ninhos, ou simplesmente mexer nas aves ou nos ovos que neles se encontrem;
- k) Pregar, atar ou pendurar quaisquer objectos ou dísticos nos seus ramos, tronco ou folhas, sem prévia autorização que condicione a maneira de o fazer.

Artigo 9.º

PROIBIÇÕES RELATIVAS AO ESTACIONAMENTO E ABANDONO DE VEÍCULOS

1. É expressamente vedado o estacionamento de qualquer tipo de veículo sobre canteiros de relva, flores ou plantas, qualquer que seja a sua localização ou estado;

2. É proibido estacionar viaturas automóveis, em estado degradado, impossibilitadas de circular e que, de algum

modo, prejudiquem a higiene e limpeza desses mesmos locais, nos termos do previsto na alínea d) do artigo 6º do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis;

3. As viaturas consideradas abandonadas serão removidas para locais apropriados, pelos serviços camarários, a expensas dos respectivos proprietários, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente as disposições do Código da Estrada e o Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis.

4. Estas determinações são aplicadas, sem prejuízo das matérias, que virão regulamentadas no regulamento de trânsito municipal.

Artigo 10.º

PROIBIÇÕES RELATIVAS A DEJECTOS DE ANIMAIS

Os proprietários ou acompanhantes de animais devem proceder à limpeza e remoção imediata dos dejectos produzidos, por estes, nas vias e outros espaços públicos, excepto os provenientes de cães-guia quando acompanhantes de cegos, nos termos seguintes:

a) Na limpeza e remoção dos dejectos de animais devem os mesmos ser devidamente acondicionados de forma hermética, para evitar qualquer insalubridade.

b) A deposição dos dejectos de animais, acondicionados nos termos do número anterior, deve ser efectuada nos equipamentos de deposição existentes na via pública, nomeadamente contentores específicos, papelarias e contentores de recolha indiferenciada.

Artigo 11.º

SITUAÇÕES QUE PONHAM EM CAUSA O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -estado de manutenção de terrenos privados-

1. Em geral

a) Sempre que se constate a existência de árvores, arbustos, plantas ou de qualquer outro tipo de vegetação, localizada em propriedade privada, que ponha em causa o interesse público municipal por motivos de limpeza, higiene, salubridade, saúde ou segurança, poderá a Câmara Municipal ordenar ao seu proprietário, usufrutuário ou arrendatário, em prazo nunca inferior a 10 (dez) dias, o abate, limpeza, desbaste, poda e/ou tratamento daqueles, bem como a correcta eliminação dos resíduos verdes e restantes, e a respectiva vedação do espaço, no caso desta não existir.

b) De igual modo, os proprietários, usufrutuários ou arrendatários dos prédios confinantes com as vias municipais, são obrigados a cortar os ramos das árvores e arbustos que tendem sobre esta, causando algum tipo de impedimento, devendo eliminar correctamente os resíduos resultantes.

c) É ainda proibido o abandono e o depósito de todo e qualquer tipo de resíduos em terrenos particulares. Sempre que esta situação se verifique, caberá ao(s) proprietário(s), usufrutuários ou arrendatários do(s) terreno(s) efectuar a limpeza e eliminação de resíduos, de acordo com a legislação em vigor, no prazo nunca inferior a 10 (dez) dias, e criar as condições necessárias para evitar novas deposições clandestinas. De igual modo, no caso do terreno ser utilizado, abusivamente por terceiros para o mesmo efeito, caberá aqueles a limpeza e eliminação de resíduos, a menos que haja identificação do infractor, bem como criar as condições necessárias para evitar

novas deposições clandestinas. Deverá ainda fazer prova da correcta operação de eliminação, junto dos serviços municipais competentes.

1.1. Uso de efluentes da pecuária

Sem prejuízo do recomendado no Código de Boas Práticas Agrícolas, no qual são referidas um conjunto de procedimentos visando a utilização correcta dos efluentes das instalações pecuárias, como fertilizantes, o detentor ou utilizador dos mesmos é obrigado a:

- a) Efectuar a sua aplicação de forma contínua. Logo após o termo da sua aplicação, deverá proceder à sua imediata incorporação;
- b) Aplicar o chorume no solo, recorrendo a equipamentos que funcionem a baixa pressão, minimizando assim as perdas de azoto por volatilização e a libertação de maus cheiros;
- c) Aplicar chorumes apenas em terrenos cujos declives não excedam 10%;
- d) Manter uma distância de protecção das captações de água subterrânea nunca inferior a 50m. Se essa captação se destinar ao consumo humano essa distância deverá ser de pelo menos 100m. Relativamente a parcelas construídas isoladas, deverá ser garantida uma distância mínima de 100m. No caso dos aglomerados populacionais essa distância é de 200m;
- e) Manter uma distância de protecção das linhas de água nunca inferior a 35m;
- f) Garantir as distâncias referidas nas alíneas d) e e) para a realização de depósitos de armazenagem de chorumes, estrumes e silagem;
- g) Efectuar o transporte dos efluentes de forma estanque. Em caso de ocorrência de eventual derrame deverá proceder de imediato à lavagem da via.

1.2 Eliminação de águas residuais domésticas

- a) O transporte dos efluentes domésticos provenientes de fossas sépticas, deverá ser efectuado, apenas por agentes autorizados para o efeito pela Câmara Municipal ou pela Empresa Municipal com competência nesta matéria;
- b) É proibida a descarga de águas residuais domésticas em terrenos, cursos de água ou em qualquer outro destino que não sejam os locais indicados para o efeito pela Câmara Municipal, ou pela Empresa Municipal, com competência nesta matéria.

2. Nos espaços rurais

Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de Junho, a entidade (s) que detenha (m) a administração dos terrenos é obrigado a:

- a) Manter limpo o mato, silvas e demais arbustos que possam ser condutores do fogo, num raio mínimo de 50m à volta das habitações, dependências, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações;
- b) Conservar os aceiros, corta-fogos e caminhos florestais limpos de mato e de produtos de exploração florestal, incluindo material lenhoso abandonado;
- c) Conservar os terrenos limpos de resíduos e efectuar a sua remoção, caso se verifique a deposição dos mesmos, de acordo com as normas ambientais em vigor. Deve ainda criar as condições necessárias para evitar novas deposições clandestinas;
- d) Sempre que se constate o não cumprimento do atrás referido e que ponha em causa o interesse público municipal por motivos de limpeza, higiene, salubridade, saúde ou segurança, poderá a Câmara Municipal ordenar ao respectivo proprietário, em prazo nunca inferior a dez dias, a operação ou operações que julgue necessárias.

2.1. Uso de fogo

Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de Junho, em todos os espaços rurais, durante o

período crítico o uso do fogo, é proibido. Exceptuam-se a queima de sobranes de exploração, decorrente de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, a qual deverá ser realizada na presença dos bombeiros.

Fora do período crítico e desde que o índice de risco de incêndio seja inferior a elevado, a realização de queimadas e de queimas estão sujeitas a um processo de licenciamento municipal.

3. Unidades Comerciais de Dimensão Relevante – Espaços de Utilização Colectiva

a) Os estabelecimentos comerciais devem proceder à limpeza diária das áreas confinantes aos mesmos, numa faixa de 2m da zona pedonal, a contar do perímetro da respectiva área de implantação, bem como das áreas objecto de licenciamento para ocupação da via pública removendo os resíduos provenientes da sua actividade. Devem ainda assegurar a manutenção das placas ajardinadas de acordo com o previsto no correspondente processo de licenciamento, bem como manter limpo o logradouro da respectiva área.

b) Sempre que se constate a existência de árvores, arbustos, plantas ou de qualquer outro tipo de vegetação e resíduos que ponha em causa o interesse público municipal por motivos de limpeza, higiene, salubridade, saúde ou segurança, poderá a Câmara Municipal ordenar à respectiva administração, em prazo nunca inferior a dez dias, o abate, limpeza, desbaste, poda ou tratamento daqueles.

4. Elementos arbóreos de interesse público

a) A(s) árvore(s) ou maciço(s) de arborização que, embora situados em terrenos particulares, constituam, pelo seu porte, beleza, raridade, antiguidade e condições, elementos de manifesto interesse poderão ser declarados de interesse público pela Câmara Municipal que deve dar conhecimento do facto aos proprietários.

b) A(s) árvore(s) ou maciço(s) citados não poderão ser abatidos ou desbastados, excepto em situações de perigo iminente devidamente comprovado, ou então, sempre que a Câmara Municipal autorize previamente a acção, por motivo de reconhecido prejuízo para a salubridade e segurança dos edifícios vizinhos, transeuntes ou saúde dos seus residentes.

5. A determinação dos procedimentos previstos, nos números 1, 2 e 3, bem como os prazos para a sua execução, deverão ser sempre fundamentados em parecer dos serviços com competência, técnica, nesta matéria.

6. Esgotado o prazo concedido, ao proprietário, usufrutuário ou arrendatário do terreno para adoptar aquelas medidas e soluções ordenadas pela Câmara Municipal, sem que este o tenha feito, poderá aquela directamente ou recorrendo a terceiros, proceder coercivamente, nos termos da lei, à efectivação das operações determinadas, a expensas do notificado.

7. As quantias relativas às despesas a que se refere o número anterior, quando não pagas voluntariamente no prazo de 20 dias, a contar da notificação para o efeito, são cobradas judicialmente.

8. As despesas relativas aos custos administrativos do processo são imputadas ao arguido de acordo com os regulamentos municipais.

Artigo 12.º

OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO

a) Espaços verdes

1. Nas memórias descritivas e justificativas das operações de loteamento, deverão ser claras as áreas destinadas a espaços verdes, independentemente do seu carácter público e/ou privado, dimensões e configurações onde deverá estar prevista a instalação de um sistema de rega apropriado. Também deverá estar prevista a instalação de uma boca de rega por cada 50m contínuos de espaços verdes ou série de caldeiras para plantação de árvores.

2. O projecto de arranjos exteriores, deverá cumprir o estipulado no número anterior e deverá ser analisado pelo serviço competente.

3. No caso das arborizações em espaços verdes contínuos e/ou arruamentos, a ceder a domínio público, embora a execução/ promoção esteja a cargo da entidade promotora, a indicação da(s) espécie(s) deverá reunir o parecer dos serviços competentes, caso não tenha sido contemplado no correspondente projecto de arranjos exteriores.

4. A manutenção desses espaços poderá, ainda, ser da responsabilidade da respectiva comissão de moradores ou administração de condomínio, dada a sua natureza e localização, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

5. É condição necessária para a recepção definitiva do loteamento, a certificação, por parte da Câmara Municipal, de que o projecto de arranjos exteriores previsto, encontra-se executado nos termos aprovados.

b) Equipamento de deposição

1. Todos os projectos de loteamento deverão, a partir da entrada em vigor do presente regulamento, prever a colocação de paleiras e de recipientes para deposição de dejectos de animais, calculados por forma a satisfazer as necessidades do loteamento, tendo em conta os rácios normalmente estabelecidos nesta matéria, e em quantidade e tipologia aprovadas pela Câmara Municipal – cerca de um exemplar por cada 50m.

2. Para a devida apreciação das soluções propostas, pelos interessados, deverão ser apresentados os respectivos projectos com a respectiva localização.

3. É condição necessária para a recepção definitiva do loteamento, a certificação por parte da Câmara Municipal, de que o equipamento previsto encontra-se implantado nas condições aprovadas.

4. Os equipamentos de deposição referidos deverão ser normalizados e do tipo usualmente utilizado no concelho.

CAPÍTULO III

Artigo 13.º

FISCALIZAÇÃO

1. Compete aos serviços da Câmara Municipal e às autoridades policiais a investigação e participação de quaisquer factos susceptíveis de constituírem contra-ordenação nos termos do presente regulamento.

2. De igual modo, todos os funcionários autárquicos que desempenham funções nestas áreas, nomeadamente encarregados, fiscais, cantoneiros de limpeza, jardineiros e vigilantes, poderão, sempre que constatarem a prática

por parte de algum agente de uma infracção nos termos do presente Regulamento, participar a mesma às entidades indicadas no número anterior ou remeter àquelas a competente participação escrita, relatando os factos constatados.

CAPÍTULO IV

Artigo 14.º

CONTRA - ORDENAÇÕES

Independentemente da responsabilidade civil ou criminal, que no caso concreto, for imputável ao agente pelos eventuais danos patrimoniais produzidos pela sua conduta, constitui contra-ordenação punível com coima qualquer violação ao disposto no presente regulamento.

Artigo 15.º

CONTRA – ORDENAÇÃO PELA CONSPURCAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, PELA DANIFICAÇÃO E MÁ UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO NATURAL EXISTENTES NESTES ESPAÇOS E SIMILARES

Constituem contra - ordenações puníveis com as coimas previstas neste artigo, a violação do disposto nas diversas alíneas do artigo 7º do presente regulamento, nos seguintes termos:

- a) As infracções ao disposto nas alíneas c), k), l), m), s), u), v) e w) do n.º1 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- b) As infracções ao disposto nas alíneas a), b), d), e), f), h), j), n), p) q) e r) do n.º 1 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- c) As infracções ao disposto nas alíneas g), i), o) e t) do n.º 1 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e dez vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- d) A infracção ao disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 7º é punível com a coima prevista no Regulamento das Condições de Exercício das Actividades Previstas no Decreto-Lei n.º 310/02, de 18 de Dezembro;
- e) As infracções ao disposto nas alíneas b), c), d), k), s) e t) do n.º 2 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- f) As infracções ao disposto nas alíneas a), e), f), n), o), u) e v) do n.º 2 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- g) As infracções ao disposto nas alíneas g), h), i), j), l), m), p), q) e r) do n.º 2 do artigo 7º são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e dez vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

Artigo 16.º

CONTRA – ORDENAÇÃO PELA DANIFICAÇÃO OU MÁ UTILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

Constituem contra - ordenações puníveis com as coimas previstas neste artigo a violação ao disposto nas diversas alíneas do artigo 8º do presente Regulamento nos seguintes termos:

- a) As infracções ao disposto nas alíneas a), b), c), d) e h) são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e dez vezes, o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem. Tratando-se de exemplares classificados, a coima deverá ser agravada para o dobro do previsto anteriormente.
- b) As infracções ao disposto na alínea e), i), j), e k) são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo nacional, fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- c) As infracções ao disposto na alínea f), e g) são puníveis com a coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo nacional, fixado para os trabalhadores por conta de outrem.

Artigo 17.º

CONTRA – ORDENAÇÃO PELO ESTACIONAMENTO E ABANDONO DE VEÍCULOS

A violação ao disposto no número 1 do artigo 9º do presente Regulamento é punível com coima de montante variável entre 1/10 e 5 vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem.

Artigo 18.º

CONTRA – ORDENAÇÃO POR DEJECTOS CANINOS

A violação ao disposto no artigo 10º do presente Regulamento é punível com coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem.

Artigo 19.º

CONTRA – ORDENAÇÃO POR VIOLAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Constituem contra - ordenações puníveis com as coimas previstas neste artigo a violação ao disposto no artigo 11º do presente Regulamento, nomeadamente:

- a) A existência, o depósito e o abandono de todo e qualquer tipo de resíduos em terrenos particulares, é punível com coima de montante variável, entre 1/10 e dez vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- b) A existência de ramos de árvores e (ou) arbustos a tender sobre as vias municipais, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- c) A não incorporação de estrumes e chorumes imediatamente após a sua aplicação, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;
- d) A não utilização de equipamentos de baixa pressão na aplicação de chorumes é punível com coima de

montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

e) A aplicação de chorumes em terrenos cujos declives sejam superiores a 10%, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

f) O desrespeito pelas distâncias de protecção das captações de água subterrânea, das parcelas contíguas construídas e dos aglomerados populacionais é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

g) O desrespeito pela distância de protecção das linhas de água é punível com a coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

h) O desrespeito das distâncias de protecção das captações de água subterrânea e das linhas de água relativamente à realização de depósitos de armazenagem de chorumes, estrumes e silagem, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

i) A não execução da lavagem dos pavimentos após o derrame accidental de chorume ou estrume é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

j) O transporte de águas residuais domésticas provenientes de fossas sépticas por agentes não autorizados é punível com coima de montante variável entre 1/10 e dez vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

k) A descarga de águas residuais domésticas em locais não autorizados para o efeito é punível com coima de montante variável entre 1/10 e dez vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

l) A existência de mato, silvas e demais arbustos que possam ser condutores de fogo, é punível com a coima prevista no Decreto-Lei nº 156/2004 de 30 de Junho;

m) A existência de aceiros, corta-fogos e caminhos florestais por limpar, com acumulação de produtos de exploração florestal, incluindo material lenhoso abandonado, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e cinco vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

n) A realização de fogueiras, queimadas e de queimas durante o período crítico, é punível com coima prevista no Decreto - Lei nº 156/2004 de 30 de Junho;

o) A realização de fogueiras, queimadas e de queimas, fora do período crítico, sem a respectiva licença municipal, é punível com a coima prevista no respectivo Regulamento;

p) A inexistência de trabalhos de manutenção adequados nas placas ajardinadas dos estabelecimentos comerciais, não dando cumprimento ao respectivo processo de licenciamento, é punível com coima de montante variável entre 1/10 e duas vezes o salário mínimo fixado para os trabalhadores por conta de outrem;

q) O corte, supressão ou desbaste de árvore(s) ou maciço(s) de arborização considerados de interesse público, sem autorização camarária para esse efeito, é punível com coima de montante variável entre três e dez vezes o salário mínimo nacional fixado para os trabalhadores por conta de outrem.

Artigo 20.º

PESSOAS COLECTIVAS

Sempre que a contra ordenação tenha sido praticada por uma pessoa colectiva, as coimas previstas neste Regulamento poderão elevar-se até aos montantes máximos previstos no artigo 17º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, alterado pelos Decretos - Lei n.º 356/89 de 17 de Outubro e 244/95 de 14 de Setembro e pela Lei 109/2001 de 24 de Dezembro.

Artigo 21.º

NEGLIGÊNCIA E TENTATIVA

A negligência e a tentativa são sempre puníveis com a coima prevista para a respectiva contra – ordenação. A reincidência é agravada com o dobro da coima prevista.

Artigo 22.º

PROCESSO DE CONTRA - ORDENAÇÃO

Às regras relativas à instrução e tramitação dos processos de contra – ordenação, montante das coimas e sanções acessórias aplicam-se as disposições constantes no Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, alterado pelos Decretos - Lei n.º 356/89 de 17 de Outubro e 244/95 de 14 de Setembro e pela Lei 109/2001 de 24 de Dezembro.

Artigo 23.º

COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DAS COIMAS E SANÇÕES ACESSÓRIAS

1. A competência para aplicação das coimas e eventuais sanções acessórias em processos contra – ordenacionais instaurados com base em infracções ao disposto no presente Regulamento pertence ao Presidente da Câmara ou ao membro do executivo camarário com competência delegada, nesta matéria;

2. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, os ilícitos nele previstos poderão ser, caso estejam tipificados no Código Penal, objecto de participação criminal ou acção indemnizatória.

CAPÍTULO V

Artigo 24.º

NORMA GRANADA

Sempre que alguém ou alguma instituição, pública ou privada, solicite o abate de algum exemplar arbóreo ou arbustivo municipal (por exemplo para acesso a garagens), deverão os serviços municipais, competentes, proceder à respectiva avaliação, com base na "Norma Granada" .

A "Norma Granada", conjunto de regras para a avaliação de árvores ornamentais, consiste na aplicação directa, após diagnóstico morfo-fisiológico, do(s) exemplar(es) em causa, com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$V_{\text{final}} = (V_b * \sum E_{ls}) * (1 + \sum E_{li} + \sum E_{le})$$

Os vários correctores da fórmula são resultado dos cálculos efectuados pelos serviços competentes e resultam do somatório dos preços de mercado com os custos operacionais (remoção, transporte e plantação) anuais (manutenção)

e outros.

O resultado deverá ser o valor a pagar pelo requerente ou pela entidade, para efeitos de indemnização à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 25.º

COMPETÊNCIA MATERIAL

A competência para proferir despachos relativos a matérias abrangidas pelo âmbito deste diploma, bem como para emissão de mandados de notificação referentes às situações nele previstas, pertence ao Presidente da Câmara, ou, no caso desta competência ter sido objecto de delegação noutro membro do executivo camarário, ao Sr. Vereador com competência delegada nesta matéria.

Artigo 26.º

NORMAS REVOGATÓRIAS

Com a aprovação do presente diploma, ficam revogadas todas as disposições de quaisquer outros Regulamentos em vigor, cujo âmbito coincida com as disposições do presente Regulamento.

Artigo 27.º

ENTRADA EM VIGOR

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação nos termos legais.